



SEÇÃO LIVRE

**O Diário de Luanda e o Festival Carnavalesco de 1937:
propaganda e corporativismo em um espaço colonial**

The Diário de Luanda and the Carnival Festival of 1937: propaganda and corporatism in a colonial space

Diário de Luanda y el Festival de Carnaval de 1937: propaganda y corporativismo en uno espacio colonial

Andrea Marzano¹

orcid.org/0000-0003-0406-2025
marzano.andrea@gmail.com

Recebido em: 11 maio 2023**Aprovado em:** 6 out. 2023**Publicado em:** 22 dez. 2023.

Resumo: O tema deste artigo é um festival carnavalesco organizado, em 1937, por iniciativa do *Diário de Luanda*. Pretende-se investigar de que forma o festival e suas representações na imprensa espalharam, na capital da colônia de Angola, elementos centrais do modelo corporativo e da propaganda salazarista, que tinha lugar, na metrópole, através da realização de grandes eventos, como desfiles de marchas populares e exposições. Com base na análise de matérias jornalísticas sobre o festival, pretende-se demonstrar representações orgânicas, harmônicas e hierarquizadas da sociedade, condizentes com os princípios do corporativismo; a exibição de símbolos do progresso social e industrial, que justificariam a presença colonial; a divulgação de uma imagem mítica, atemporal e heroica do povo português, fadado, desde tempos imemoriais, a levar a civilização aos trópicos; e a valorização de costumes regionais, entendidos como manifestações folclóricas que comporiam um todo indivisível, caracterizado como o "mundo português".

Palavras-chave: Angola; Carnaval; Propaganda Salazarista; Corporativismo; Colonialismo.

Abstract: The object of this paper is a carnival festival organized in 1937 by the newspaper *Diário de Luanda*. It is intended to investigate how the festival and its representations in the press spread, in the capital of the colony of Angola, central elements of the corporative model and Salazarist propaganda, divulged, in Portugal, through the realization of great events, such as parades of popular marches and expositions. Analysing journalistic articles about the festival, it is intended to demonstrate organic, harmonious and hierarchical representations of society, consistent with the principles of corporatism; the exhibition of symbols of social and industrial progress, which would justify the colonial presence; the dissemination of a mythical, timeless and heroic image of the Portuguese people, destined to bring civilization to the tropics; and the appreciation of regional customs, understood as folkloric manifestations that formed an indivisible whole, characterized as the "Portuguese world".

Keywords: Angola; Carnival; Salazarist Propaganda; Corporatism; Colonialism.

Resumen: El tema de este artículo es el festival de carnaval organizado en 1937 por iniciativa del *Diário de Luanda*. Se pretende investigar cómo la fiesta y sus representaciones en la prensa difundieron, en la capital de la colonia de Angola, elementos centrales del modelo corporativo y de la propaganda salazarista, que tuvo lugar, en la metrópoli, a través de la realización de grandes eventos, tales como desfiles de marchas populares y exposiciones. A partir del análisis de los artículos periodísticos sobre el festival, se pretende demostrar representaciones orgánicas, armoniosas y jerarquizadas de la sociedad, congruentes con los principios del corporativismo; la exhibición de símbolos de progreso social e industrial, que justificarían la presencia colonial; la difusión de una imagen mítica, atemporal y heroica del pueblo portugués, destinado, desde tiempos inmemoriales, a llevar la civilización a los trópicos; y la apreciación de las costumbres regionales,



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

entendidas como manifestaciones folclóricas que compondrían un todo indivisible, caracterizado como el "mundo português".

Palabras clave: Angola; Carnaval; Propaganda Salazarista; Corporativismo; Colonialismo.

O objetivo deste artigo é analisar a organização e a realização, por iniciativa do *Diário de Luanda*, de um grande Festival Carnavalesco em 1937. Pretende-se investigar de que forma o festival e suas representações na imprensa espalharam, na capital da colônia de Angola, elementos centrais do modelo corporativo e da propaganda salazarista, que tinha lugar, na metrópole, através da realização de grandes eventos, como os desfiles de marchas populares, iniciados em 1932, a Exposição Colonial do Porto, realizada em 1934, e a Exposição do Mundo Português, ocorrida em 1940.

Para o presente artigo, foram analisados todos os números do *Diário de Luanda* publicados entre janeiro e março de 1937, separando-se o material referente à organização do festival, os informes sobre suas diferentes atrações e os comentários posteriores à sua realização. Foram considerados, também, anúncios de produtos ou serviços que continham referências diretas ao carnaval, bem como notícias de acontecimentos ligados à circulação de agrupamentos carnavalescos alheios à programação do festival.

A análise dos festejos de 1937 é um recorte de uma pesquisa mais ampla, dedicada às representações, na imprensa luandense, dos desfiles de agrupamentos carnavalescos dos estratos sociais menos favorecidos, entre meados do século XIX e meados do século XX. Tal pesquisa é baseada não apenas no *Diário de Luanda*, mas também em outros jornais, de características muito diversas, como *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*, *Voz de Angola*, *A Reforma*, *A Província de Angola*, *Atualidades* e *Última Hora*. A pesquisa já realizada permite compreender não apenas o contexto do Festival de 1937, mas também as mudanças e continuidades por ele representadas na história do carnaval luandense.

Este artigo é dividido em seis seções. A primeira, "Organizando o carnaval", analisa a preparação do evento, incluindo a composição do programa e as expectativas de movimentação da economia da cidade. A segunda, "Nacionalidade, colonialismo e propaganda no Estado Novo", aborda o papel das grandes exposições na disseminação, na metrópole, de concepções salazaristas de ordem social, império colonial e peculiaridades nacionais portuguesas. Ao final desta seção, sugere-se que o Festival Carnavalesco de 1937 expressou, na colônia, elementos centrais da concepção social e da propaganda salazarista.

A forma como esses elementos estiveram presentes no festival é abordada nas seções seguintes. A terceira seção, "Concepção orgânica, harmônica e hierarquizada da sociedade", argumenta que os fundamentos do corporativismo português influenciaram a organização, a realização e as representações jornalísticas do Festival Carnavalesco de Luanda. As três últimas seções, "Exibição de símbolos do progresso social e industrial", "Divulgação de uma imagem mítica, atemporal e heroica do povo português" e "Valorização de costumes regionais", aprofundam o paralelo entre valores e imagens transmitidos nos grandes eventos metropolitanos e no Festival de 1937.

Os elementos e as formas de expressão da propaganda salazarista na metrópole, bem como os princípios e a organização do corporativismo português, são objetos de consistente produção bibliográfica. A história social de Angola, com destaque para a cidade de Luanda, também é alvo de relevantes pesquisas, que abordam diferentes aspectos da realidade colonial. Este artigo situa-se entre os dois campos, buscando alinhar modelos e discursos metropolitanos e vivências coloniais.

Organizando o carnaval

No dia 4 de janeiro de 1937, um jornalista do *Diário de Luanda*² lembrou a festa de Natal

² Fundado com o título de *Última Hora* em 11 de novembro de 1930 (LOPO, 1964, p. 117). Em 1935, o *Última Hora* se apresentava como "jornal republicano da tarde", sendo publicado às terças, quintas e sábados (*Última Hora*, Luanda, 12 jan. 1935, p. 1). Passou a se chamar *Diário de Luanda* em 1º de agosto de 1936 (LOPO, 1964, p. 117). De "feição pró-governamental", era dotado de recursos técnicos modernos, oferecendo representações gráficas de boa qualidade (MELO, 1985, p. 94).

organizada, por iniciativa do referido jornal, no final do ano anterior, e anunciou que o veículo planejava promover, "por ocasião do Entrudo", "interessantes festas de beneficência" (*Diário de Luanda*, a partir de agora *DL*, Luanda, 4 jan. 1937, p. 1).

Desde essa primeira notícia, o jornal publicou várias matérias sobre o assunto. A primeira reunião da comissão organizadora ocorreu no dia 5 de janeiro, na esplanada do Hotel Paris (*DL*, 4 jan. 1937, p. 1). A segunda reunião, em 7 de janeiro (*DL*, 8 jan. 1937, p. 1), e as que se seguiram tiveram lugar no edifício da Câmara Municipal. Foram formadas subcomissões, responsáveis por cada uma das atrações. As diversas subcomissões participaram de reuniões conjuntas nos dias 14, 21 e 28 de janeiro, bem como no dia 4 de fevereiro, sendo as duas últimas realizadas no gabinete da presidência da Câmara Municipal (*DL*, 11, 19, 27, 29 jan. 1937, p. 1; *DL*, 3 fev. 1937, p. 1).

A programação final do festival foi composta por três dias de atrações, que buscaram contemplar os diferentes segmentos da população, dos colonos europeus aos "africanos", inclusive os que formavam a base da pirâmide social, entre os designados juridicamente como "indígenas" e (des)qualificados cotidianamente como "pretos" (*DL*, 4, 8, 9, 11, 15, 29, 30 jan. 1937, p. 1; *DL*, 1, 3, 6, 8, 10 fev. 1937, p. 1)³. No domingo, dia 7 de fevereiro, realizou-se um curso de automóveis na Avenida Salvador Correia, onde ficavam os principais escritórios e lojas da Baixa. Nele, concorreram a prêmios duas categorias de carros ornamentados: os "carros-reclame", ou seja, carros alegóricos inscritos por empresas e casas comerciais, cujas alegorias faziam propaganda de produtos, e "carros particulares". No curso, também desfilaram, em quatro carros alegóricos, "ranchos típicos" de pescadores, lavadeiras, quitadeiras de peixe e quitadeiras de frutas. Foram cobrados ingressos

aos responsáveis pelos carros participantes e à assistência. Durante o evento, a banda de música da 1ª Companhia de Infantaria Indígena, instalada em um coreto, animou os presentes. A organização do curso envolveu a poda de árvores e a remoção de pedras e troncos, além da realização de pequenas obras para a instalação de cadeiras e bancadas, alugadas aos assistentes que não desejaram permanecer em pé. Algumas famílias reservaram táxis para participarem do curso, ocupando todos os carros das quatro praças da cidade (*DL*, 4, 5, 8 fev. 1937, p. 1).

Na segunda-feira, dia 8 de fevereiro, realizou-se um baile infantil no campo do Club de Tênis do Bairro dos Coqueiros, com distribuição de prêmios para meninos, meninas e pares que se destacaram pelos costumes e pela animação. O baile foi abrilhantado pela banda de música da 1ª Companhia de Infantaria Indígena e incluiu um lanche preparado pela Pastelaria Bijou. Um espetáculo de marionetes animou as crianças, às quais foram oferecidos rebuçados. Os adultos pagaram pelos bilhetes de ingresso, sendo oferecida às crianças entrada gratuita (*DL*, 4 e 29 jan. 1937, p. 1; *DL*, 5 e 10 fev. 1937, p. 1).

Na noite de terça-feira, dia 9 de fevereiro, realizou-se um elegante baile na Messe Militar, reunindo a fina flor da sociedade. Nele tocaram, alternadamente, a orquestra do maestro Leão de Almeida e a banda de música da 1ª Companhia Indígena de Infantaria. Apenas os que receberam convites puderam optar pela compra de ingressos, que deram direito a uma ceia preparada pela Pastelaria Gelo. Devido ao calor, determinou-se que, no lugar de casacas, *smokings* e jaquetas, os que não optassem por costumes carnavalescos usassem fatos brancos. A comissão organizadora solicitou, através do *Diário de Luanda*, a tolerância de ponto na quarta-feira de manhã, para os que fossem ao baile (*DL*, 15 e 30 jan. 1937, p. 1; *DL*, 3,

³ A política do indigenato, delineada no início do século XX e vigente, oficialmente, até 1961, dividia a população das colônias de Angola, Moçambique e, a partir de 1927, Guiné, nas categorias jurídicas de "europeu", "assimilado" e "indígena". Para serem reconhecidos como "assimilados", obtendo os direitos da cidadania portuguesa, os "africanos" negros precisavam cumprir uma série de requisitos, que giravam em torno do domínio da língua portuguesa, da alfabetização, da habitação em residências de arquitetura e mobiliário europeus, entre outros. Mesmo cumprindo vários desses requisitos, a esmagadora maioria dos "africanos" nunca obtiveram o estatuto de "assimilados". Segundo Maria da Conceição Neto (1997, p. 342), embora tenha formalizado a possibilidade de assimilação, a política do indigenato buscava, acima de tudo, impor barreiras à obtenção da cidadania pelos chamados "indígenas", além de legalizar sua sujeição a diferentes modalidades de trabalho compulsório.

5, 6, 10 e 11 fev. 1937, p. 1).

O festival foi entendido como uma oportunidade de atrair visitantes, sobretudo do interior (DL, 9 jan. 1937, p. 1). Aproximando-se do espírito que motivava, em várias partes, a criação de "museus coloniais" (PORTO, 2009, p. 74), seus organizadores buscaram fornecer aos recém-chegados uma visão genérica das condições materiais e das expressões culturais da capital da colônia.

Para facilitar a presença de visitantes do interior, os organizadores obtiveram, com o diretor do Porto e Caminhos de Ferro, o abatimento de 50% sobre os valores das passagens do comboio entre os dias 5 e 12 de fevereiro, permitindo aos interessados que estivessem em Luanda "no sábado de Carnaval, [para] assistir às festas [...] no domingo, segunda e terça-feira, descansar – ou cuidar dos seus negócios na quarta e quinta – e regressar na sexta-feira" (DL, 12 jan. 1937, p. 1). Também hotéis e restaurantes ofereceram descontos de 15% aos "hóspedes forasteiros durante a sua permanência para assistir aos festejos do Carnaval" (DL, 11 jan. 1937, p. 1).

O festival dinamizou a economia da cidade. Aproveitando a presença de visitantes e fazendo menções diretas aos festejos carnavalescos, estabelecimentos comerciais anunciaram a venda de tecidos próprios para a confecção de costumes, artigos de beleza, confetes, filmes fotográficos e até outros produtos, como louças, mobiliário e materiais de construção (DL, 30 jan. 1937; DL, 4, 5, 6 fev. 1937).

O *Diário de Luanda* anunciou, em diferentes momentos, os nomes das empresas e lojas que se inscreveram para participar do curso (DL, 12, 15, 19 jan. 1937, p. 1). Assim, muitas delas tiveram oportunidades de propaganda antes mesmo de desfilerem, no "domingo gordo", seus "carros-reclame". As que efetivamente participaram do curso puderam divulgar suas marcas e seus produtos não apenas na avenida, mas também através das minuciosas reportagens sobre o

desfile publicadas, posteriormente, pelo *Diário de Luanda* (DL, 8 e 10 fev. 1937, p. 1).

Nacionalidade, colonialismo e propaganda no Estado Novo

O Festival Carnavalesco de Luanda refletiu, na colônia, uma cultura política centrada na metrópole, que contribuía para a valorização dos grandes eventos, que assumiam a função de disseminar concepções de ordem social, o império colonial e peculiaridades nacionais portuguesas.

Desde o Golpe Militar de 1926, antiliberal e antiparlamentar, delineou-se em Portugal um movimento de reorganização da sociedade e da política ultramarina, evidenciado no Ato Colonial de 1930. O Ato Colonial, que buscou redefinir o relacionamento entre a metrópole e as colônias, continha elementos que se tornariam centrais no regime do Estado Novo, institucionalizado em 1933 com a aprovação da nova Constituição e a ascensão de Oliveira Salazar à presidência do Conselho de Ministros: a instrumentalização do colonialismo como via de acesso ao poder, a aliança com a Igreja Católica, a centralização da administração colonial e a produção discursiva sobre o império, a exemplo do que faziam, no mesmo período, a França e a Inglaterra (OLIVEIRA, 2021, p. 44).

Em um contexto de concorrência entre países europeus, inclusive no que dizia respeito à redefinição dos territórios coloniais após o fim da Primeira Guerra Mundial, o regime buscou adotar estratégias modernas de poder e domínio imperialista, como a promoção de eventos-espetáculos e o desenvolvimento de pesquisas científicas nos territórios coloniais. Essas duas frentes de ação, postas em prática por outras nações europeias desde o século XIX, promoviam uma ideia de grandiosidade e controle imperial, para a qual contribuía decisivamente a concepção de ocupação científica do ultramar (OLIVEIRA, 2021, p. 49-50)⁴.

⁴ Se Oliveira sugere que a realização de grandes eventos, com propósitos propagandísticos ligados à construção das ideias de nação e de império, foi uma iniciativa do Estado Novo, Nuno Porto afirma que tal movimento fora iniciado com o "Ciclo Nacionalista Imperial" do século XIX, que envolveu as Comemorações de Camões (1880), as Comemorações Henriquinas (1894), o Centenário da Índia (1897-1898), os centenários de Ceuta e Afonso de Albuquerque (1915), o Primeiro Centenário da Independência do Brasil (1922) e os 400 anos do falecimento de Vasco da Gama (1924) (PORTO, 2009, p. 87-88). De todo modo, para Porto, entre 1930 e 1940, teria ocorrido uma alteração significativa na política de propaganda, incorporada às funções do Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de In-

Entre os principais eventos-espetáculos que glorificavam as ideias de nação, império, ciência e civilização, exposições coloniais e universais foram comuns na Europa e nos Estados Unidos, divulgando os avanços promovidos pelo capitalismo e construindo representações dos supostos atraso, selvageria e barbárie dos povos não europeus. Referindo-se à Exposição Universal de Londres, de 1851, Omar Ribeiro Thomaz (2002, p. 201) afirma:

A exposição criava não só um sistema classificatório para os produtos em exibição: procurava classificar as diferentes nações que dela participavam. Ao apresentar-se como um hino ao progresso tecnológico, a exibição oferecia como lição mais óbvia o fato de que nem todos os homens tinham avançado os mesmos passos ou chegado ao mesmo ponto de desenvolvimento. As exposições universais vieram a ser, assim, a manifestação cultural mais evidente da forma como os impérios passaram a se representar a si mesmos e a representar os povos exóticos com os quais travavam contato. Eram grandes rituais de massa em que as potências clamavam o seu povo a observar os avanços tecnológicos do Ocidente, o avanço de suas fronteiras e de sua missão civilizatória.

Quanto aos eventos coloniais, incluíam zoológicos humanos, exibindo "nativos" das colônias e justificando a dominação colonial como necessária para a superação de seu suposto atraso. Faziam parte de uma indústria do entretenimento, compondo cenários de natureza tropical que encantavam os visitantes (OLIVEIRA, 2021, p. 50).

A construção das categorias e das representações genéricas de "nativo", "africano" e "indígena", agrupando populações distintas, foi parte do processo colonial de atribuição de um lugar de especificidade à realidade africana, em oposição à europeia. A criação da alteridade africana (MENESES, 2010, p. 78), associada à definição dos "africanos" como incivilizados, em contraponto aos europeus, buscava conferir consistência e legitimidade à dominação colonial, através da ideia de que cabia aos últimos a missão histórica de civilizar a África. A construção discursiva das diferenças envolveu, ainda, a imaginação

europeia da natureza tropical. Os "nativos" e a natureza das colônias eram qualificados como exóticos não por suas características intrínsecas, mas pelas projeções do imaginário europeu que eram lançadas sobre eles. Como afirma Serge Gruzinski (2001, p. 29, grifo do autor): "O exotismo não é apenas um fornecedor de clichês. Na melhor das hipóteses [...] é a maneira pela qual o Ocidente costuma, por toda parte, imprimir sua marca. *Evidentemente, il mondo era nostro*".

Nos anos 1930 e 1940, o salazarismo utilizaria organismos estatais de orientação ideológica para promover uma concepção de essencialidade portuguesa, transtemporal e transclassista, que teria sido conspurcada na Primeira República. A construção dessa essencialidade envolveria mecanismos modernos de propaganda, como a Primeira Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto em 1934, e a Exposição do Mundo Português, realizada em Lisboa em 1940.

O evento do Porto apresentou "aldeias indígenas", obras coloniais, habitantes dos territórios ultramarinos, empresas que colaboravam com a construção do império e a própria ciência colonial. "Nativos" expostos tiveram seus corpos medidos e esquadrinhados por antropólogos, e o Primeiro Congresso de Antropologia Colonial foi realizado durante o certame. Através da exposição, o novo regime transmitiu a ideia de ressurgimento da política ultramarina, aproximando-se de atores sociais interessados na política colonial. Não por acaso, muitas empresas exibiram produtos na Exposição Colonial do Porto (OLIVEIRA, 2021, p. 47-52).

Se a Exposição Colonial do Porto foi mantida por três meses, atraindo um milhão de visitantes, a Exposição do Mundo Português durou seis meses, sendo visitada por três milhões de pessoas. Sua realização fez parte das comemorações dos centenários da Fundação da Nacionalidade (1140) e da Restauração Portuguesa (1640). A exposição foi utilizada pelo Estado Novo, através do Secretariado de Propaganda Nacional, para expor sua ideia mítica de nação. Seus idealiza-

dores buscaram posicionar Portugal, no cenário internacional, como uma nação grandiosa, tanto no passado, devido à ação de homens visionários que teriam construído o país, quanto no presente, graças ao empreendimento do Estado Novo e seu líder, Oliveira Salazar (OLIVEIRA, 2021, p. 77).

A Exposição do Mundo Português foi um instrumento de exaltação do regime, valorizando os símbolos da suposta excepcionalidade portuguesa. Através dela, o Estado Novo se apresentou como responsável pela continuidade da grandeza histórica e da missão civilizadora de Portugal. A exposição foi o ápice da mística imperial e a demonstração pública da integração do colonialismo na ideologia nacionalista. O vigor e a força do país e do próprio regime estariam presentes na sua alegada vocação para possuir e colonizar territórios, e o evento apresentou o mundo português como um mosaico de frações espalhadas pelos continentes (OLIVEIRA, 2021, p. 78).

Com orientações semelhantes às que pautaram a organização das exposições metropolitanas de 1934 e 1940, mas realizada em Luanda, cabe mencionar a Exposição-Feira de Angola, ocorrida em 1938. Segundo Bevilacqua (2016, p. 130):

Nela estiveram representadas algumas províncias de Angola, como Luanda, Malange e Benguela, em mais de cem pavilhões, que exibiam produtos, fotografias, mapas, gráficos e objetos de arte dos povos representados. Os indígenas eram expostos em um recinto separado e apresentavam suas músicas e danças.

Analisando o programa e as descrições do Festival Carnavalesco de Luanda, realizado em 1937, é possível perceber a influência de elementos fundamentais da ideologia e da propaganda salazarista e, particularmente, da lógica que norteou, na metrópole, a Exposição Colonial do Porto, de 1934, e a Exposição do Mundo Português, de 1940. Entre eles, destacam-se: 1) concepção orgânica, harmônica e hierarquizada da sociedade, em que cada estrato deveria ocupar o seu papel; 2) exibição de símbolos do progresso social e industrial; 3) divulgação de uma imagem mítica, atemporal e heroica do povo português; 4) valorização de costumes regionais, entendidos como manifestações folclóricas que comporiam

um todo indivisível, caracterizado como o "mundo português".

Concepção orgânica, harmônica e hierarquizada da sociedade

A promulgação, em 1933, da Constituição Política da República Portuguesa e do Estatuto do Trabalho Nacional legitimou a construção do sistema corporativo. Desde então, foi criada uma rede de instituições que procurou chegar a todo o território da metrópole, inserir os vários grupos sociais e enquadrar as atividades econômicas mais importantes. No âmbito da organização do trabalho, buscou-se desarticular o potencial de disputa política e conflito das antigas associações de classe, amortecer os efeitos das tensões laborais e garantir a paz social. Na economia, procurou-se estabilizar o funcionamento dos mercados, reduzindo ou anulando a concorrência interna e os efeitos das oscilações da economia mundial. Assim, a principal função das organizações corporativas era promover a regulação da economia e a disciplina social (FREIRE; FERREIRA, 2019, p. 257-259).

A partir de 1933, as associações de classe foram obrigadas a se transformar em sindicatos nacionais, adequando-se aos princípios propostos pelo Estado Corporativo, sob pena de extinção. Para coordená-los, foi criado o Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência (INTP), sob alçada direta de Oliveira Salazar. Vinculados ao INTP, foram criados os Serviços de Ação Social, com o objetivo de facilitar a organização das instituições corporativas (MARTINHO, 2002, p. 78).

O regime salazarista buscou implementar, na metrópole, a "pirâmide corporativa ideal", em cuja base ficavam: 1) os grêmios referentes às empresas dedicadas à indústria e ao comércio de cada setor; 2) os grêmios da lavoura, agrupando proprietários rurais; 3) os sindicatos nacionais, agrupando trabalhadores de categorias específicas da indústria e do comércio; 4) as casas do povo, enquadrando trabalhadores rurais e pequenos proprietários; 5) as casas dos pescadores, envolvendo pescadores, armadores e proprietários de embarcações.

No segundo nível da pirâmide corporativa, ficavam as federações e uniões, que reuniam grêmios, sindicatos e casas do povo de atividades afins. Para ocupar o terceiro nível, ou o topo da pirâmide, foram projetadas, em 1938, as corporações, instituídas, na prática, a partir de 1956. Essas últimas deveriam incorporar, sobretudo, as federações e uniões, abrangendo todo o território da metrópole. Além de serem órgãos de consulta do governo, tinham funções de coordenação e fiscalização.

Existiam, ainda, outros organismos de coordenação econômica (comissões reguladoras, juntas nacionais e institutos), que atuavam sobre os agentes privados, aplicando as políticas estatais em ligação com órgãos governativos e instituições corporativas. Regulavam preços e concediam empréstimos e apoio técnico, além de regularem o mercado através da compra, da venda e do armazenamento de produtos (FREIRE; FERREIRA, 2019, p. 261-264).

Na ordem corporativa do Estado Novo, os sindicatos e as associações patronais, necessariamente vinculados à ordem e à lei, não deveriam ser movidos pela luta de classes. Ao contrário, deveriam colaborar entre si, e com o Estado, visando ao bem comum, ou seja, à defesa da pátria. A concepção de harmonia social era um elemento central na ideologia do Estado Novo. Ainda assim, as demandas de interesse profissional deveriam ser mantidas, preservando o valor e o papel das categorias profissionais no projeto de construção nacional (MARTINHO, 2002, p. 51). A presença de representantes do Estado nas assembleias sindicais era justificada não como elemento de inibição das demandas corporativas, mas como garantia de segurança aos trabalhadores. A ideia de um Estado protetor era associada à sua representação como vetor das reivindicações dos trabalhadores (MARTINHO, 2002, p. 65).

Os sindicatos eram pensados, também, como "caixas de ressonância" das políticas do Estado diante dos trabalhadores. Entretanto, para além desses espaços, o Estado utilizava formas modernas de propaganda para transmitir a ideia de que não só os trabalhadores, mas todos os setores da

sociedade, estavam devidamente representados e protegidos pelo regime. Na ordem corporativa ideal, todos os portugueses deveriam sentir-se parte do regime, contribuindo para o seu sucesso.

Em 1935, Oliveira Salazar afirmou que o encargo do regime que representava era lançar "a nova sociedade do futuro", que, entre outras características, seria "ordeira e pacífica", respeitando "a hierarquia e diferenciação de funções como fato natural e humano, necessário ao progresso geral" (MARTINHO, 2002, p. 29). Tal discurso resumia princípios fundamentais do regime corporativo português: o compromisso com a ordem e a harmonia, o respeito às hierarquias, e o reconhecimento de que cada segmento social desempenhava funções específicas, sendo todas importantes para o progresso da nação.

Embora a regulamentação do trabalho nas colônias afastasse os "africanos", especialmente os qualificados como "indígenas", dos direitos dos trabalhadores da metrópole, o espírito da organização social corporativa, expresso nas palavras de Oliveira Salazar, fazia-se presente. É possível sugerir que os princípios acima mencionados nortearam a organização do Festival Carnavalesco de 1937, além de influenciarem as representações construídas pelo *Diário de Luanda* sobre ele. De acordo com o referido jornal, todas as categorias sociais foram convidadas a participar da organização e/ou da realização do evento. No primeiro caso, sendo representadas por membros da comissão organizadora; no segundo, participando das atrações.

Da comissão organizadora do Festival Carnavalesco, fizeram parte o comandante da Polícia de Segurança Pública, o capitão do Porto de Luanda, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, os diretores dos Serviços de Administração Civil, de Pecuária, de Agricultura e Fazenda, o delegado de Saúde de Luanda, e um representante do Chefe do Estado Maior das Forças do Exército. A preparação das atrações também envolveu presidentes de clubes e associações regionalistas, como o Club Naval de Luanda, o Club Transmontano, o Grémio Beirão e a Casa da Metrópole, além de um "artista desenha-

dor e decorador", um funcionário administrativo aposentado, um advogado e um representante do *Diário de Luanda* (DL, 4 e 8 jan. 1937, p. 1).

Algumas atrações contaram com a colaboração de elementos alheios à comissão organizadora, na condição de jurados. O júri para premiação de carros ornamentados, por exemplo, foi composto pelo presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal e pelo artista Vasco Vieira da Costa, pertencentes à comissão organizadora do festival, mas contou, ainda, com um professor do Liceu Salvador Correia, o presidente da Associação Comercial de Luanda e o diretor do jornal *O Comércio*, como "representante da imprensa" (DL, 6 e 8 fev. 1937, p. 1).

Analisando, pelas páginas do *Diário de Luanda*, o processo de organização do festival, percebemos a construção de uma imagem de envolvimento de diversos setores da sociedade, através de representantes. Autoridades administrativas, presidentes de clubes e profissionais liberais participaram das subcomissões. O governador-geral da colônia não só prestigiou o evento como ofereceu prêmios para o concurso de "ranchos típicos". Comerciantes aderiram ao curso, ofereceram prêmios e garantiram o fornecimento dos produtos necessários ao atendimento da população da cidade, aumentada em função dos festejos. Policiais garantiram a manutenção da ordem, senhoras prepararam costumes carnavalescos para seus filhos e foram juradas do concurso do baile infantil, e "dezenas de pessoas pobres" confeccionaram confetes cor de rosa, vendidos durante o baile da Messe Militar (DL, 30 jan. 1937, p. 1). Até mesmo "artistas e artífices" foram fundamentais para o sucesso do festival, criando e executando as alegorias dos carros que participaram do curso (DL, 19 e 30 jan. 1937, p. 1; DL, 3 fev. 1937, p. 1). Não por acaso, ao fim dos festejos, foi publicada uma longa lista de indivíduos, empresas e corporações que contribuíram para a sua realização (DL, 11 fev. 1937, p. 1).

Sobre a Exposição Colonial do Porto, de 1934, Nuno Porto (2009, p. 93) afirma que ela materializou um propósito totalizante característico do

regime corporativo, consistindo "na congregação de iniciativas dedicadas a públicos específicos, preconizando uma participação estruturada de todos os grupos sociais". A concepção hierárquica da sociedade, expressa em "iniciativas dedicadas a públicos específicos", também norteou a programação do Festival Carnavalesco de 1937. O baile infantil parece ter sido projetado sobretudo para as famílias pertencentes aos segmentos intermediários, de funcionários da indústria e do comércio, já que os organizadores solicitaram, através do *Diário de Luanda*, que os comerciantes e industriais permitissem que os trabalhadores saíssem mais cedo dos escritórios, no dia do baile, para acompanharem seus filhos (DL, 6 fev. 1937, p. 1). Embora as crianças tenham entrado gratuitamente, seus pais tiveram que pagar ingressos, e, de acordo com o *Diário de Luanda*, suas mães não mediram esforços na preparação de seus costumes carnavalescos, provocando a escassez de artigos nas lojas especializadas (DL, 9 jan. 1937, p. 1; DL, 3 e 5 fev. 1937, p. 1).

Já o baile na Messe Militar foi restrito aos que receberam convites e, ainda, optaram por pagar por eles, em vez de devolvê-los. Ao justificar a opção por fatos brancos, os organizadores tiveram o cuidado de informar que não pretendiam facilitar a participação de pessoas que não tivessem "a indumentária de praxe", mas apenas evitar "o incômodo que manifestamente traz, nessa época do ano em Luanda, o uso de uma casaca ou de um *smoking*" (DL, 30 jan. 1937, p. 1). Assim, deixaram claro aos convidados o caráter elitista do evento.

Até mesmo o concurso de carros ornamentados, realizado em espaço público, ocupou um trecho limitado da avenida, ao qual só tiveram acesso os carros e pedestres que pagaram inscrições ou ingressos. Embora não tenhamos muitas informações sobre os foliões que, nos carros, participaram do curso, sabemos que o "pessoal da *Companhia dos Diamantes* [desfilou] com seu carro decorado de flores que se confundiam com algumas de suas simpáticas e *diamantinas* empregadas",⁵ e que "um dos mais ruidosos

⁵ Fundada em 1917 com capitais portugueses, franceses, belgas e norte-americanos, a Companhia de Diamantes de Angola tinha sede em Lisboa e escritórios em Bruxelas, Londres e Nova Iorque. A extração de diamantes, e outras atividades que a subsidiavam, era exer-

carros alegóricos que apareceram no Corso, em propaganda dos afamados vinhos Borges e das deliciosas conservas de Brandão & C.^a, representava o agente comercial Francisco Mendes Godinho, atraindo "a atenção dos espectadores, já pelo gosto com que foi ornamentado, já pela algazarra provocada pelos seus componentes, todos estudantes do Liceu trajando branco e vermelho" (*DL*, 10 fev. 1937, p. 1).

Podemos sugerir que a totalidade ou a maioria dos carros participantes do curso tenham sido ocupados por membros de famílias mais abastadas ou indivíduos que pertenciam aos estratos intermediários, como alguns empregados de escritórios e do comércio. Ou seja, por indivíduos que dispuseram de carros próprios ou alugados e arcaram com as despesas de ornamentação e inscrição no concurso, ou que se divertiram em carros corporativos ou pertencentes a patrões, colegas ou outros conhecidos. Na assistência, por sua vez, destacaram-se os que puderam alugar cadeiras ou um espaço nas bancadas, contrastando com os que, em maior número, assistiram ao desfile em pé. Apenas fora da área reservada para o concurso possivelmente se aglomeraram os que não tiveram recursos para pagar pela entrada.

As limitações impostas pela cobrança de ingressos ou inscrições certamente dificultaram o acesso dos mais pobres, em especial entre os "africanos" qualificados juridicamente como "indígenas", à área reservada para o espetáculo do curso. Não por acaso, outro curso, sem concurso, ingressos ou inscrições, e alheio à programação do festival, ocupou a avenida na terça de carnaval (*DL*, 8 fev. 1937, p. 1).

Ainda assim, desde as primeiras matérias sobre a organização do festival, esteve presente a ideia da participação dos estratos menos favorecidos, juridicamente qualificados como "indígenas", através de um desfile de danças (*DL*, 4 jan. 1937, p. 1). Do ponto de vista da ideologia salazarista, a exibição dos "nativos" das colônias contribuía para a sustentação do regime, reforçando a imagem

civilizadora que esse último atribuía a si mesmo, e sugerindo a integração dos primeiros no "mundo português". Como afirma Omar Ribeiro Thomaz (2002, p. 261),

[...] em Portugal, a noção de corporação parecia superar diferenças e acentuar a colaboração. Estendida ao espaço imperial, os indígenas, nos seus "usos e costumes", seriam como as corporações que deveriam contribuir para o bom caminhar do império.

Exibição de símbolos do progresso social e industrial

As grandes exposições exibiam, em tons pedagógicos, sínteses da modernidade ocidental, evidenciando as transformações promovidas pelo avanço industrial e a possibilidade de ampliá-las nos territórios coloniais. Aproximando-se da dinâmica desses eventos, o Festival Carnavalesco de 1937 foi, em certos aspectos, uma vitrine do progresso colonial.

Representações do progresso colonial foram exibidas, sobretudo, nos carros alegóricos que participaram do curso. O carro-reclame da Tipografia Minerva, por exemplo, causou "admiração geral" com "uma grande máquina de escrever da afamada marca Royal, toda construída em madeira e folha, reproduzindo minuciosamente os seus detalhes e peças mais insignificantes". Também o da firma Robert Hudson & Sons impressionou o público, com "um monumento simbolizando a conhecida marca de aparelhos Philco". A Casa Americana, por sua vez, "apresentou uma das melhores caminhonetas da General Motors, marca Chevrolet, antecedida por outra fabricada em 1927, já muito velha, mas ainda resistente" (*DL*, 10 fev. 1937, p. 1).

É verdade que a alegoria de um tanque de guerra da Sociedade Industrial de Tabacos de Angola, vencedora do concurso, não encarnava os aspectos mais positivos do progresso, e que alguns carros alegóricos levaram à avenida representações do passado. Foi o caso, por exemplo, do carro-reclame da Fábrica de Tabacos Ultra-

cida na Lunda, no nordeste de Angola, na fronteira com o Congo belga. Os empregados que desfilaram no curso provavelmente pertenciam ao quadro dos Serviços de Representação da companhia, estabelecidos em Luanda (PORTO, 2009, p. 5, 10).

marina, que conquistou o segundo prêmio com a representação de “um cavaleiro medieval, de lança em riste – feito com folha de flandres – sobre um cavalo todo branco, construído em pano e cartão, tendo as patas dianteiras levantadas”. O mesmo pode ser dito sobre um carro particular, que recebeu o segundo prêmio da categoria “pelo seu coche D. João VI, conduzindo damas e cavalheiros vestidos à época, [...] atraiu atenção geral e conseguiu formar uma grande corrente de opinião por parte do público, que viu nele requintado gosto, um dos mais lindos e artísticos de todo o cortejo” (DL, 10 fev. 1937, p. 1).

Se máquinas de escrever e caminhonetes eram símbolos imediatos da modernidade, representações do passado também podiam compor, contraditoriamente, e de forma menos direta, o imaginário do progresso encarnado no corso. Em sua capacidade de representar detalhadamente objetos ou personagens, mesmo que do passado, os carros alegóricos eram expostos como símbolos da criatividade e da engenhosidade humana que, no imaginário colonialista, eram associadas ao progresso levado, aos confins do mundo, pelos colonizadores.

Divulgação de uma imagem mítica, atemporal e heroica do povo português

No dia 7 de fevereiro, que abriu com o corso o programa do festival, o *Diário de Luanda* apresentou o Entrudo como contraponto à dureza do dia a dia, reforçando a importância do festival para a vida da cidade. Nas palavras do jornalista:

Luanda havia perdido o hábito de se distrair no dia de Carnaval. É que em África a vida é bem mais dura. Pesam sobre nós maiores responsabilidades. Vive-se uma vida menos fictícia, mais unida às realidades. No âmbito pequenino em que nos movemos, as dificuldades de uns pouquinho refletem-se em todos, embaraçando este, ilaqueando aquele, amarfanhando todos.

E, no entanto, vistas as coisas pelo lado otimista, mesmo com uns salpicos de mau humor, talvez não haja uma razão cerrada, absoluta, que nos obrigue a deixar de ser humanos, de nos divertirmos um pouco, quando mais não seja para olvidarmos por uns instantes as agruras de todo o ano.

E nós, nós os que vivemos em África, que raramente vamos aos espetáculos, que não temos no fim de cada semana a folga que seis dias de labor nos devia conceder; que deixamos lá longe as romarias da nossa terra, as debulhas, os encontros de “Foot-ball”, os grandes espetáculos teatrais exuberantes de luz, ruidosamente belos, e tantos mais; nós que aqui nos queimamos em vida, temos o salutar dever de buscar nos espetáculos públicos, acessíveis a todas as bolsas, momentos de distração (DL, 7 fev. 1937, p. 1).

O trecho citado reforça a ideia de sacrifício dos europeus que viviam na África, sobre os quais pesariam grandes responsabilidades. Ao invés de indivíduos que migraram em busca de uma vida melhor, fugindo da pobreza na metrópole, os colonos são apresentados como personagens que, enfrentando obstáculos de todo tipo, cumpriam, sem folga nem distrações, um compromisso com a Humanidade.

O jornalista reproduzia um argumento bastante comum desde o final do século XIX, usado em diferentes países para justificar a dominação colonial. Nas entrelinhas do texto, encontra-se a imagem do “fardo do homem branco”, que assumiria a missão histórica de levar a civilização a um continente de natureza hostil, habitado por povos selvagens.

Enquanto existiram colônias europeias na África, a imagem do “fardo do homem branco” foi usada para justificá-las, o que explica sua presença em um texto publicado no *Diário de Luanda* em 1937. Entretanto, a representação heroica dos portugueses ganhou contornos específicos nas décadas de 1930 e 1940. Diante da pujança de outras metrópoles – especialmente da Inglaterra e da França –, e da ameaça representada pela redefinição dos territórios coloniais após a Primeira Guerra Mundial, o regime salazarista edificou e reverberou o discurso da peculiaridade portuguesa, baseada em uma potencialidade colonial que não era recente, mas radicada por séculos na alma da nação, constituindo uma das bases da nacionalidade e da independência peninsular de Portugal. O desbravamento do mundo, através da epopeia lusitana dos “descobrimientos”, foi apresentado como um serviço prestado por Portugal às demais potências (OLIVEIRA, 2021, p. 42-43).

A representação de uma essência histórica

portuguesa, associada a um colonialismo mítico, transformaram-se em elementos fundamentais do novo regime nas décadas de 1930 e 1940. Além de defender o princípio de que Portugal tinha a missão histórica de possuir domínios ultramarinos e civilizá-los, o salazarismo buscou edificar a imagem de um novo Portugal, grandioso como no tempo dos descobridores, e de um novo português, adequado aos desígnios do regime, que seria caracterizado pela ordem política, pela tradição cristã e pelo desenvolvimento econômico-social, valores que estariam presentes em toda a história da colonização portuguesa. Apesar do apelo à tradição, não se propunha um retorno ao passado, mas sim o desenvolvimento do país, permitindo-lhe assumir uma posição de destaque entre as potências imperialistas.

Essa imagem esteve presente no Festival Carnavalesco de 1937, sendo expressa, no curso de automóveis, pela firma Gonçalves e Tristão, que recebeu o terceiro prêmio do concurso, representando "uma caravela de há quatrocentos anos, com marinheiros envergando a farda atual da [...] Armada" portuguesa (DL, 8 fev. 1937, p. 1). Esse carro-reclame, cujos marinheiros distribuíram brindes para a assistência, foi "um dos carros alegóricos que mais atenção despertou ao público" (DL, 10 fev. 1937, p. 1).

O contraste entre a antiguidade da caravela e a atualidade da farda dos marinheiros resumia, exemplarmente, o papel dos antigos desbravadores na representação de um novo Portugal, inaugurado pelo regime salazarista.

Valorização de costumes regionais

A exibição de agrupamentos carnavalescos formados pelos segmentos menos favorecidos já estava prevista na primeira notícia sobre o projeto do festival. Entretanto, essa parte do programa parece ter gerado controvérsias entre os membros da comissão organizadora, demorando mais que as outras para assumir seu formato final.

Em 4 de janeiro, o *Diário de Luanda* anunciou a ideia de um concurso, com "dois prêmios para as danças indígenas que melhor se apresentarem e um prêmio para o carro mais bem ornamen-

tado que apareça no curso da Avenida Salvador Correia" (DL, 4 jan. 1937, p. 1). Embora o artigo não seja inteiramente claro a esse respeito, é possível interpretar que o desfile de "danças indígenas" ocorreria no mesmo dia, e no mesmo local, da realização do curso.

A designação de "danças indígenas", baseada em uma qualificação jurídica atribuída aos "nativos" que não eram formalmente assimilados à cultura europeia e não tinham os direitos da cidadania portuguesa, referia-se tanto aos agrupamentos carnavalescos dos "africanos" quanto aos seus desfiles.

Embora, na segunda metade do século XIX, esses desfiles tomassem as zonas centrais, nos dias de carnaval, desde pelo menos a década de 1910, as autoridades tentaram delimitar as áreas a serem percorridas, bem como os horários permitidos. Nas décadas de 1930 e 1940, as autoridades alternaram a proibição, a autorização e a regulamentação dos desfiles nas zonas centrais e mesmo nos musseques, bairros periféricos onde viviam seus membros e onde os grupos ensaiavam.

No dia 8 de fevereiro, o *Diário de Luanda* anunciou, entre os "números certos do programa", o curso com "classificação de ranchos típicos" (DL, 8 jan. 1937, p. 1). Como vemos, a expressão "danças indígenas" foi substituída por "ranchos típicos", embora, até então, não fosse possível saber se as duas expressões faziam referência a manifestações distintas.

O significado distinto das expressões ficou sugerido no dia 15, quando uma matéria informou:

Durante o Corso darão entrada na Avenida Ranchos Típicos populares que se estão organizando e também haverá um desfile das Danças de Carnaval, que nesse dia se apresentarão na sua máxima força para disputar os três prêmios pecuniários que o *Diário de Luanda* institui com a intenção de animar esta espécie de Clubs recreativos que são tradicionais em Luanda e que segundo dizem os Velhos Coloniais tiveram antigamente um considerável brilho, que é interessante fazer ressurgir (DL, 15 jan. 1937, p. 1).

Assim, sabemos que os organizadores do evento estabeleceram uma diferença entre o

que consideravam “ranchos típicos populares” e o que referiam como “danças de carnaval”. Tal distinção foi reforçada no dia 29 de janeiro, quando o jornal informou que participariam do curso “carros alegóricos e ranchos de lavadeiras, quitandeiras e pescadores” e que as “danças de carnaval” seriam suprimidas do programa:

Como no domingo passado se houvesse verificado que nenhuma Dança de Carnaval está suficientemente ensaiada para participar do Corso, ficou assente suprimir do programa este número, mantendo-se no entanto os Ranchos Típicos acima referidos.

No entanto é possível que ainda se realize, no Campo dos Coqueiros, um desfile das Danças Indígenas, para efeito de atribuição dos prêmios oferecidos pelo nosso jornal (*DL*, 29 jan. 1937, p. 1).

No trecho acima, o jornalista não apenas diferenciou “ranchos típicos”, mas também esclareceu que “danças de carnaval” e “danças indígenas” eram sinônimos. Entre os primeiros e as segundas foi estabelecida uma hierarquia, de modo que as “danças indígenas”, formadas nos musseques pelos seus próprios moradores, não se exibiram na avenida, junto ao curso, mas em um campo de futebol, espaço delimitado onde o controle e a separação entre os grupos e a assistência seria mais fácil.

Em 1º de fevereiro, o *Diário de Luanda* informou que cada “rancho típico” corresponderia a uma atividade laboral – “de pescadores, lavadeiras, quitandeiras” – e que todos sairiam no curso da Avenida Salvador Correia em carros ornamentados pelo “apreciado artista Vasco Vieira da Costa”, que “enriquece o aspecto cênico dos ranchos com interessantes alegóricos” (*DL*, 1 fev. 1937, p. 1). No dia 5, o jornal acrescentou que seriam “quatro carros alegóricos, transportando ranchos de lavadeiras, pescadores, quitandeiras de peixe e quitandeiras de fruta”, com alegorias executadas por Jorge de Sousa (*DL*, 5 fev. 1937, p. 1).

Reforçando a importância da atração, a mesma matéria anunciou que o governador-geral da colônia ofereceria um prêmio ao “rancho típico” que melhor se apresentasse. Entretanto,

através de uma reportagem publicada após o evento, sabemos que todos os “ranchos típicos” participantes do curso receberam prêmios. O primeiro foi oferecido aos “pescadores da Ilha de Luanda”, o segundo às “lavadeiras”, o terceiro às “quitandeiras de peixe” e o quarto às “quitandeiras de fruta” (*DL*, 8 fev. 1937, p. 1).

Em 8 de fevereiro, comentando o curso de automóveis realizado no dia anterior, uma reportagem do *Diário de Luanda* (*DL*, 8 fev. 1937, p. 1) mencionou

[...] a graça típica do cortejo regional com as mulheres e homens indígenas, dançando, em ritmo muito seu, e apimentado [*sic*] fogoso batuque de sabor tropical, tão apreciado pela gente negra, a ponto de a levar ao delírio e ao êxtase.

Os “ranchos típicos” foram definidos, na reportagem, como partes de um “cortejo regional” formado por “homens e mulheres indígenas”, que se exibiram, dançando “em ritmo muito seu”, para o público da avenida. Não deixa de ser um paradoxo que as danças desses homens e mulheres definidos como “indígenas” tenham sido claramente diferenciadas das “danças indígenas” excluídas do festival.

A explicação para esse paradoxo talvez esteja em uma reportagem de 11 de fevereiro, na qual, comentando o curso de domingo, um jornalista mencionou que o “Exmo. Sr. Alfredo Furtado d’Antas foi o técnico dos ranchos típicos, empregando, à roda dos carros alegóricos, os elementos escolhidos que eram necessários” (*DL*, 11 fev. 1937, p. 1)⁶.

Assim, sabemos que os “ranchos típicos” não se exibiram espontaneamente, já que tiveram como “técnico” Alfredo Furtado d’Antas, desfilando em carros alegóricos projetados por Vasco Vieira da Costa e executados por Jorge de Sousa. É até possível sugerir que os ranchos foram criados por Furtado d’Antas, que escolheu, entre os chamados “indígenas”, os que deles participaram, além de definir as alegorias e quicã os “trajes típicos” com os quais se apresentaram. Organizados por

⁶ Em matéria de 8 de janeiro de 1937, Alfredo Furtado d’Antas é descrito como “funcionário administrativo aposentado” (*DL*, 8 jan. 1937, p. 1).

elementos externos – ou seja, a princípio alheios ao universo dos chamados “indígenas” que os compunham –, os “ranchos típicos” levaram à avenida uma exibição estilizada e folclorizada das danças carnavalescas levadas às ruas pelos agrupamentos dos musseques.

A concepção dos “ranchos típicos” radicalizou o sentido de espetáculo, apenas em parte compartilhado com as “danças indígenas”, ou seja, os agrupamentos carnavalescos que, pelo menos desde fins do século XIX, percorriam as zonas centrais ou os musseques de Luanda, para os quais a exibição para um público externo não era a principal finalidade ou motivação. Processo semelhante ocorreu, fora dos festejos carnavalescos, em Lourenço Marques. Segundo Matheus Serva Pereira (2020, p. 316):

Nas décadas de 1930 e 1940, as apresentações [de danças guerreiras ou “orquestras chopi de timbila”, por exemplo] organizadas por diferentes setores do poder colonial, com objetivos relacionados a um processo de espetacularização da vida e das práticas socioculturais específicas das populações nativas sul moçambicanas, numa ação de apropriação das mesmas para preceitos dos projetos coloniais, era algo consolidado.

Assim como os espetáculos de Lourenço Marques, a exibição de “ranchos típicos” no Festival Carnavalesco de 1937 tinha, do ponto de vista dos organizadores do evento, a função de representar, simbolicamente, a adesão dos “nativos” ao projeto colonial português, demonstrando ainda a capacidade dos colonizadores de coordená-los, pacificá-los e dirigi-los no caminho da civilização.

Parece significativo que os “ranchos típicos” tenham sido formados a partir de critérios laborais, aproximando-se do espírito do corporativismo. A esse respeito, é pertinente lembrar que, na “pirâmide corporativa ideal” proposta pelo Estado Novo, o lugar de cada um era definido a partir de critérios laborais. Também expressando essa concepção de sociedade, a Exposição do Mundo Português, organizada em Lisboa em 1940, mostrou, em pequenos pavilhões, “as artes e

indústrias populares – pescaria, tecelagem, ourivesaria, transportes, padaria, pastoreio, olaria”, só que, nesse caso, da metrópole (THOMAZ, 2002, p. 261). O mesmo espírito esteve presente no livro *Vida e arte do povo português*, de António Ferro, publicado no mesmo ano de 1940, que, “enfocando diferentes artes e ofícios do povo português, em um tom apologético, procurava enaltecer aquilo que havia de mais autêntico nas suas manifestações populares” (THOMAZ, 2002, p. 262)⁷.

A organização, pela subcomissão responsável pelo curso, de “ranchos típicos” também reverberava na colônia um movimento, centrado em Lisboa, de construção de representações da nacionalidade portuguesa através da composição de um mosaico de manifestações regionais, expressas nas marchas populares.

A primeira exibição das marchas populares lisboetas ocorreu em 1932, com a realização de um concurso apoiado por jornais e empresas. O nome de marchas, pelo qual os desfiles e agrupamentos ficariam conhecidos, derivou muito provavelmente do nome do concurso (Marcha dos Ranchos). Cada marcha foi organizada por uma associação cultural-recreativa de bairro (MELO, 2015, p. 185).

A preparação e a divulgação do evento envolveram a ideia da retomada de uma antiga tradição, de uma época em que marchas organizadas nos bairros se encontravam, nas noites dos santos populares juninos, no Bairro Alto. A essência das marchas foi definida como algo localmente enraizado e folclórico. Textos publicados na imprensa lisboeta comemoraram o evento, que teria lançado os fundamentos para uma festa anual, realizada no mês de junho, “tipicamente portuguesa e popular” (MELO, 2015, p. 187).

A partir de 1934, a organização do concurso, com regulamento e desfiles, ficou a cargo da municipalidade (MELO, 2015, p. 189). De Lisboa, o modelo dos desfiles se espalhou para outras cidades, tanto da metrópole quanto das colônias (MELO, 2015, p. 191). Em Lourenço Marques, capital

⁷ Ferro foi diretor do Secretariado de Propaganda Nacional entre 1933 e 1944, assim como do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, que o sucedeu, até 1950.

de Moçambique, houve um desfile em agosto de 1939, durante a visita do presidente da República, organizado por associações regionalistas (portuguesas), uma associação indo-portuguesa e uma associação dos naturais da colônia. Em 1946, houve na cidade um desfile de marchas, porém na quadra carnavalesca (e não no tradicional mês de junho). Outros desfiles de marchas ocorreram em Lourenço Marques, em 1958, 1966 e 1967. Em Angola, ocorreram desfiles de marchas em Moçâmedes (1957), Nova Lisboa (1962 e 1969), Lobito (1963 a 1971) e Sá da Bandeira (1964 e 1971) (MELO, 2015, p. 197).

Desde o início, as marchas populares de Lisboa exibiam trajes típicos de vários cantos do país, compondo uma imagética regionalista de fundo rural e camponês. Daniel Melo reflete sobre a história dos desfiles de marchas populares lisboetas como um processo de invenção de uma tradição de base local/regional, entretanto nacionalizada, envolvendo negociações e arranjos entre o associativismo local, a municipalidade, setores intelectuais, a imprensa, artistas, empresários ligados aos meios de comunicação de massa e até mesmo o regime salazarista (MELO, 2015, p. 192-197).

Articulando simbolicamente o regional e o nacional, os desfiles e concursos de marchas populares contribuíam para a construção de um mosaico das "tradições" do "mundo português". Como vimos, sentido semelhante pode ser atribuído à Exposição Colonial do Porto, de 1934, e à Exposição do Mundo Português, realizada em Lisboa em 1940. Sobre a primeira, Omar Ribeiro Thomaz (2002, p. 236) afirma que "o visitante saía com a sensação de haver conhecido verdadeiros 'pedaços de Portugal' espalhados pelo mundo". Cabe ainda ressaltar, como parte do mesmo movimento, a formação e a valorização de associações regionalistas em Lisboa e nas colônias, como o Clube Transmontano e o Grêmio Beirão de Luanda, cujos dirigentes atuaram, inclusive, na comissão organizadora do Festival Carnavalesco de 1937.

O processo de folclorização e nacionalização das marchas juninas, em voga na metrópole,

parece ter influenciado a organização do Festival Carnavalesco de Luanda, em 1937. Os primeiros desfiles de marchas lisboetas e a presença de "ranchos típicos" no Festival Carnavalesco de Luanda compartilham uma série de características, como a ocorrência na década de 1930, a valorização do regionalismo e dos traços folclóricos e o apoio de autoridades e intelectuais, particularmente da imprensa.

Entretanto, duas diferenças não devem ser negligenciadas. As marchas populares lisboetas, e suas congêneres em outras cidades metropolitanas e ultramarinas, aconteciam geralmente em junho e mobilizavam a participação de associações de bairros (ou, nas colônias, de associações regionalistas portuguesas, formadas por naturais da metrópole). Como mostra Daniel Melo, as marchas populares realizadas em Lourenço Marques, Moçâmedes, Nova Lisboa, Lobito e Sá da Bandeira foram, majoritariamente, organizadas por associações regionalistas portuguesas, desfilando com símbolos e indumentárias folclóricas, porém da metrópole (MELO, 2015, p. 197). O festival de 1937 em Luanda, por sua vez, foi realizado em fevereiro e mobilizou a participação de agrupamentos carnavalescos locais, cujos componentes eram qualificados como "indígenas", ou seja, pertencentes à base da pirâmide social.

É possível sugerir que, em 1937, a valorização de manifestações regionais do folclore português tenha sido interpretada, por segmentos da imprensa luandense, e talvez até mesmo por componentes dos agrupamentos carnavalescos, como uma oportunidade para a expressão de "tradições" da colônia. Podemos imaginar que os organizadores do evento tenham planejado, inicialmente, apresentar as "danças indígenas", ou seja, os desfiles dos agrupamentos carnavalescos dos musseques, como manifestações regionais. Entretanto, no decorrer das reuniões, talvez tenham ocorrido divergências a esse respeito, levando à opção pela formação de "ranchos típicos", ou seja, de pequenas mostras estilizadas, ensaiadas, dirigidas, espetacularizadas e folclorizadas das "danças indígenas".

Cabe fazer, uma vez mais, uma comparação

com a dinâmica das exposições, buscando-se compreender, em primeiro lugar, o motivo pelo qual a exibição de "danças indígenas" foi uma ideia presente desde a primeira notícia sobre a organização do festival. Referindo-se à Exposição do Mundo Português, de 1940, Omar Ribeiro Thomaz (2002, p. 369) afirma que foi "uma verdadeira celebração ritual, de uma dramatização da qual participariam 'todos os portugueses'. Era essa ideia de unidade do império que a organização do espaço da exposição denotava". No que dizia respeito à Exposição Colonial do Porto, de 1934, o autor afirma:

O fato de os nativos desempenharem papel de protagonistas na exposição colonial, sua centralidade numa metrópole europeia, sugere sua importância na negociação que norteava a própria criação de uma imagem de império. Aqui, os nativos – ou a sua imagem – possuem o poder de conferir legitimidade ao projeto colonial português (THOMAZ, 2002, p. 269).

Algo precisa ser dito sobre a perspectiva do folclore. Enquanto área de conhecimento, o folclore buscava descobrir e registrar costumes entendidos como sobrevivências, cristalizações do passado em sociedades que vivenciavam rápidas transformações (ABREU, 2003, p. 83-102; CARVALHO, 1992, p. 13-21; THOMPSON, 1998, p. 13-24). No caso específico de Angola, a perspectiva folclórica, que claramente influenciou os organizadores do Festival Carnavalesco de 1937, partia do pressuposto de que alguns costumes "nativos", influenciados, em maior ou menor grau, por códigos culturais europeus, sobreviviam, mas encontravam-se ameaçados de extinção pelo avanço do colonialismo. Atribuindo a certos costumes a pecha de tradicionais, enquanto remanescentes de tempos imemoriais, os folcloristas os transformavam em quadros de natureza-morta, alheios à agitação de seu próprio tempo.

É notável, nos discursos presentes no *Diário de Luanda*, a folclorização das "danças indígenas", apresentadas como um costume desaparecido que precisava ser revitalizado pela iniciativa dos intelectuais e das autoridades. Em 11 de janeiro, por exemplo, um jornalista informou que estava

sendo discutido, para ser incluído no programa do Festival Carnavalesco, um número que iria "interessar uma numerosíssima parte da população da cidade", fazendo "lembrar aos Velhos Colonos o tempo do Antigamente" (DL, 11 jan. 1937, p. 1). No dia 15 de janeiro, o jornal informou que haveria, durante o curso de domingo, um concurso de "Danças de Carnaval", instituído com a intenção de "animar esta espécie de Clubs recreativos que são tradicionais em Luanda e que segundo dizem os Velhos Coloniais tiveram antigamente um considerável brilho, que é interessante fazer ressurgir" (DL, 15 jan. 1937, p. 1).

De fato, desde a primeira matéria, que anunciou a ideia do festival, foi construída a imagem de que as folias carnavalescas, inclusive as dos segmentos que formavam a base da pirâmide social, juridicamente definidos como "indígenas" ou comumente qualificados como "pretos", estavam em desuso. De acordo com o jornalista:

Ano a ano, o Carnaval, a Festa da Alegria, vem caindo em desuso. Luanda já não ri, Luanda não se diverte. Mas é necessário que o faça!

[...] O Carnaval, o velho folião, foi, em eras não distantes, o delírio dos pretos, a folia dos europeus.

Com o tempo e com as dificuldades, o Entrudo foi esmorecendo a sua ruidosa alegria, que nós, os do *Diário de Luanda* e uma comissão de categorizados elementos da cidade, nos propomos a reanimar (DL, 4 jan. 1937, p. 1).

É importante lembrar, no entanto, que as diversões carnavalescas em geral, e as "danças indígenas" em particular, não haviam desaparecido. Embora na década de 1930 a relação entre agrupamentos carnavalescos, intelectuais e autoridades tenha sido variável, sua presença nas ruas foi marcante, sendo registrada pela imprensa ao menos em 1933 (*A Província de Angola*, a partir de agora PA, Luanda, 25 fev. e 1º mar. 1933, p. 2), 1935 (PA, 5 e 7 mar. 1935, p. 2) e 1936 (PA, 7 jan. 1936, p. 3; PA, 24 fev. 1936, p. 1; PA, 28 fev. 1936, p. 3). A pesquisa em jornais demonstra que os desfiles carnavalescos dos que eram qualificados como "indígenas" não faziam parte do "tempo do Antigamente" (DL, 11 jan. 1937, p. 1), quando o *Diário de Luanda* teve a ideia de organizar o Festival Carnavalesco de 1937. Entretanto, os

organizadores do evento empreenderam um processo de folclorização, ressignificando as danças como “coisas do passado”, esvaziando os sentidos a elas atribuídos, em cada momento, por seus participantes, bem como a afronta ou a ameaça – simbólica ou efetiva – que, do ponto de vista das autoridades, elas podiam representar. A esse respeito, é digno de nota que, naquele mesmo ano de 1937, agrupamentos carnavalescos, alheios à programação do festival, tenham desfilado nos musseques, com alguns deles se envolvendo em incidentes que redundaram em intervenção policial (*DL*, 11 fev. 1937, p. 4).

Ocultando a atualidade dos agrupamentos dos musseques, e apresentando suas danças como costumes do passado, intelectuais e autoridades de Luanda reforçavam a ideia de que desempenhavam um papel tutelar sobre os “africanos”, inclusive no que dizia respeito à valorização e à preservação de seus costumes. Sentido semelhante norteou a exibição de “nativos” nas exposições da metrópole, a formação de museus coloniais ou etnográficos e a organização de Festas Folclóricas no Museu do Dundo, pertencente à Diamang e estabelecido na Lunda em 1936⁸.

Considerações finais

Este artigo buscou articular a leitura de trabalhos dedicados ao modelo corporativo e à moderna propaganda empreendida pelo Estado Novo na metrópole, enquadrados no âmbito da história de Portugal, com os resultados de uma investigação sobre vivências cotidianas, particularmente dos segmentos menos favorecidos de Luanda, que se pretende parte da história social de Angola.

Analisando o programa e as descrições do Festival Carnavalesco de Luanda, realizado em 1937, foi possível perceber a influência de concepções presentes no sistema corporativo português, edificado pelo Estado Novo. Foi possível, também, verificar a presença de elementos fundamentais da propaganda salazarista, expressa privilegia-

damente, na metrópole, na Exposição Colonial do Porto, de 1934, e na Exposição do Mundo Português, de 1940.

No que diz respeito ao primeiro, foi notável, no processo de organização e nas descrições do festival, a existência de uma concepção orgânica, harmônica e hierarquizada da sociedade, em que cada estrato, definido preferencialmente a partir de critérios laborais, deveria ocupar o seu papel. Os diversos segmentos da sociedade luandense foram convidados a participar do evento, seja na sua organização, através de representantes, seja nas atrações específicas que lhes foram destinadas. A participação dos segmentos menos favorecidos, entre os juridicamente qualificados como “indígenas”, foi, desde o início, considerada importante pelos organizadores, provavelmente porque tinha o potencial de legitimar o projeto colonial português. Entretanto, logo tornou-se motivo para desentendimentos, motivando a exclusão do desfile de “danças indígenas” do programa e a inserção de “cortejos regionais”, sintomaticamente organizados a partir de critérios laborais e estilizados em carros alegóricos, no curso da avenida.

O curso de automóveis, em particular, foi uma ocasião privilegiada para a manifestação de elementos centrais do discurso e da propaganda salazarista, reverberando, na colônia, um movimento expresso, na metrópole, nas grandes exposições e nos desfiles das marchas populares: a exibição de símbolos do progresso social e industrial, a divulgação de uma imagem mítica, atemporal e heroica do povo lusitano, e a valorização de costumes regionais, entendidos como manifestações folclóricas que comporiam um todo indivisível, caracterizado como o “mundo português”.

Através da organização dos “ranchos típicos”, que envolveu a caracterização das “danças indígenas” como um costume desaparecido, intelectuais e autoridades sublinharam o exercício de uma função tutelar sobre os “africanos”,

⁸ Segundo Bevilacqua (2016, p. 190-200), as Festas Folclóricas eram realizadas na Aldeia do Museu, inaugurada em 1944, e pretendiam afastar os trabalhadores “indígenas” de “diversões perniciosas”, oferecer distração para os visitantes e garantir que as “danças nativas” fossem preservadas, evitando sua contaminação por elementos da modernidade.

mobilizando uma justificativa comum para a dominação colonial.

O Festival de 1937 foi, também, um marco na história do carnaval de Luanda. Seguindo o exemplo dos desfiles de marchas da metrópole, ou talvez por influência do carnaval carioca⁹, o festival parece ter inaugurado, mesmo que modestamente, através de pequenos "ranchos típicos" em carros alegóricos, o modelo dos concursos de agrupamentos dos musseques, que seria retomado em 1950 (DL, 14 fev. 1950, p. 1) e se repetiria por toda a década (CARVALHO, 1989, p. 236).

Referências

ABREU, Martha. Cultura popular: um conceito e várias histórias. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel. *Ensino de História: Conceitos, temáticas, metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 83-102.

BEVILACQUA, Juliana Ribeiro da Silva. *De caçadores a caça: Sobas, Diamang e o Museu do Dundo*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CARVALHO, Rita Laura Segato. Folclore e cultura popular: uma discussão conceitual. In: SEMINÁRIO DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR, 1992. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Museu do Folclore, 1992. p. 13-21.

CARVALHO, Ruy Duarte de. Futebol e Carnaval. In: CARVALHO, Ruy Duarte de; COPANS, Jean. *Ana A Manda: Os filhos da rede*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989. p. 225-252.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados*. Rio de Janeiro, 1928-1949. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

FREIRE, Dulce; FERREIRA, Nuno Estêvão. A construção do sistema corporativo em Portugal (1933-1974). *Tempo*, Niterói, v. 25, n. 1., p. 27-276, jan./abr. 2019.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola: subsídios para sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A bem da nação*. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELO, A. Borges de. *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*. Rio de Janeiro: Mundinter, 1985.

MELO, Daniel. Festa popular e identidade nacional nos dois lados do Atlântico durante o século XX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 181-200, jan./jun. 2015.

MENESES, Maria Paula G. O "indígena" africano e o colono "europeu": a construção da diferença por processos legais. *E-Cadernos CES*, Coimbra, p. 68-93, 2010.

NETO, Maria da Conceição. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*, Bordeaux, p. 327-359, 1997.

OLIVEIRA, Marcus Vinicius de. *À sombra do colonialismo: fotografia, circulação e o projeto colonial português (1930-1951)*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.

PEREIRA, Matheus Serva. *Grandiosos Batuques: Tensões, arranjos e experiências coloniais em Moçambique (1890-1940)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2020.

PORTO, Nuno. *Modos de objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Andrea Marzano

É professora associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) desde 2009, ministrando disciplinas e desenvolvendo pesquisas sobre História da África. Possui graduação (1995), mestrado (1999) e doutorado (2005) em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 2007, realizou estágio de pós-doutoramento no Centro de História da Universidade de Lisboa (ULisboa).

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Departamento de História

Avenida Pasteur, 458

Prédio José de Anchieta, 2º andar

Urca, 22290-240

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.

⁹ O festival de cordões, organizado pela *Gazeta de Notícias* em 1908, e o primeiro concurso de escolas de samba, organizado pelo jornal *Mundo Sportivo* em 1932, são considerados marcos da história do carnaval carioca (FERNANDES, 2001, p. 75-76). É possível lançar a hipótese de que jornalistas de Luanda tenham seguido o exemplo de seus congêneres do Rio de Janeiro, ao se interessarem pelos agrupamentos carnavalescos a ponto de sugerir e organizar concursos.